



A ESCRAVIDÃO MARÍTIMA NO TEMPO DO DESEMBARQUE: ESTUDO SOBRE MARUJOS ESCRAVIZADOS ATRAVÉS DE UM AUTO CRIMINAL (RIO GRANDE, 1873).

DOUGLAS REISDORFER¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹*Universidade Federal de Pelotas – dglrsreisdorfer@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

No século XIX, a escravidão marítima foi empregada em inúmeros ramos da navegação, sendo mão-de-obra importante do trabalho à bordo - no transporte marítimo de longo curso, atravessando o Atlântico pelos circuitos comerciais internacionais; na navegação fluvial, levando a produção do interior das províncias; e na navegação de cabotagem, ligando diferentes portos brasileiros no comércio de mercadorias e na circulação de pessoas (SILVA, 2001). Também nas zonas portuárias, a tez negra fez-se presença constante. Marujos negros escravizados, libertos e livres dedicavam-se à faina das embarcações, desembarcando ou estivando os bens comercializados, mas também circulavam pelas tavernas e demais espaços de sociabilidade, nos quais aproveitavam os lazeres que as cidades portuárias ofereciam. A Cidade de Rio Grande, lócus de escoamento dos bens produzidos na província, não foi diferente. Trabalhadores marítimos de várias nacionalidades passavam pela cidade, e escravizados eram mão-de-obra importante nas embarcações riograndinas. Lá, figuravam também nas ruas, nas tavernas, no mercado público, nas praças, etc. (OLIVEIRA, 2013).

Diante desse quadro, esta pesquisa tem a intenção de observar as relações e tensões sociais nas quais marítimos escravizados estavam inseridos. O enfoque recai sobre os momentos de desembarque, quando as embarcações aportavam em terra e as suas tripulações desciam às ruas de Rio Grande para aproveitar as vivências da cidade marítima. Também se procura entrever o significado dos momentos de desembarque para estes marujos, o que procuravam na urbe, com quais sujeitos interagiam e os conflitos e tensões em que poderiam se envolver. Para realizar esta análise, um auto criminal referente a um conflito ocorrido em terra, envolvendo dois marujos escravizados, será utilizado como estudo de caso. Vale dizer, este trabalho é uma parcela da pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso do autor. Nele, investigou-se a escravidão marítima na Cidade de Rio Grande, empregando três autos criminais, transcorridos entre os anos de 1873 e 1886, abrangendo tanto momentos de desembarque quanto o cotidiano à bordo do navio (REISDORFER, 2021).

Do ponto de vista temático, tanto o referido Trabalho de Conclusão de Curso quanto este texto inserem-se em dois campos de estudos: a história social da escravidão e a história dos trabalhadores do mar. No primeiro, cabe dizer, a historiografia já superou a dicotomia que opunha o escravizado insurreto ao acomodado. Desde a década de 1980, busca-se analisar a escravidão observando as muitas atitudes de negociação e conflito das quais os cativos poderiam se valer no cotidiano da escravidão, pressionando seus senhores, resistindo ao cativiero, impondo limites à dominação senhorial (REIS; SILVA, 1989). Os estudos sobre trabalhadores marítimos, por sua vez, entendem a cultura marítima como espaço diverso. Se o sofrimento é uma característica dos ofícios do mar, as diversidades



cultural, social, étnica, religiosa e nacional marcam o mundo dos marinheiros, sendo o gênero o único elemento de unidade: tratava-se de um espaço fundamentalmente masculino (RODRIGUES, 2005).

2. METODOLOGIA

Para a consecução da pesquisa, foi utilizado um procedimento qualitativo. A abordagem é já bastante conhecida na historiografia da escravidão, sendo consagrada em estudos como os de Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, Maria Cristina Wissenbach e outros historiadores (CHALHOUB, 1990; MACHADO, 2018; WISSENBACH, 1998). Quando se trabalha com processos criminais, é possível utilizá-los para observar o fenômeno da criminalidade, isto é, a ocorrência de crimes, método pelo qual se analisam os delitos mais recorrentes, o perfil dos sujeitos que os cometem, regularidades e mudanças ao longo do tempo (FAUSTO, 1984). Uma segunda possibilidade, a que será empregada aqui, consiste no uso desses documentos a fim de estudar o mundo social dos grupos populares, seu universo cultural, seus costumes, suas práticas sociais, as relações de poder, trabalho e parentesco - em suma, para coletar indícios pelos quais se pode analisar a experiência social de sujeitos subalternizados (WISSENBACH, 1998).

Tal modo de proceder fornece ao pesquisador - e a esta pesquisa - uma forma de estudar os trabalhadores livres e escravizados. Mas como? Para fazê-lo, não se trata de considerar verdadeiros os depoimentos dos autos, tomando-os como informações sempre verossímeis, reveladoras da "verdade"; tampouco buscar descobrir o que de fato ocorreu, qual das partes envolvidas no processo - réu e vítima - proferiu o relato mais fidedigno, ou saber se o réu era mesmo culpado/inocente. A intenção em valer-se desta metodologia é outra. Estudando os depoimentos de testemunhas e partes do processo, observando as versões que se repetem, as incongruências, as alterações no relato das partes, pode-se colher vestígios importantes para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais em que os grupos e sujeitos analisados estavam inseridos:

Ao se conduzir pelo objetivo maior, qual seja, comprovar e julgar o evento criminoso, as autoridades judiciais legaram registros nos quais, *a priori*, nenhuma acepção seletiva condicionou o que seria anotado. Ao sabor das investigações e dos testemunhos ora penetravam nas relações sociais, ora recuperavam fragmentos do mundo do trabalho, ora ainda refaziam redes de parentesco, de amizade e de vizinhança inscritas no crime. (WISSENBACH, 1998, p. 40).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui, serão apresentados alguns dos resultados e discussões que a pesquisa suscitou. O Trabalho de Conclusão de Curso referido anteriormente já foi finalizado. Durante a coleta da documentação, foram selecionados 6 processos criminais, 5 deles envolvendo escravizados como vítimas e/ou réus, 1 deles referindo-se a um liberto. Todos eles foram obtidos por meio do atendimento remoto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Ao todo, entretanto, foram analisados apenas 3 autos criminais, incluindo o que se pretende examinar aqui. O documento apresentado refere-se a um conflito entre dois marinheiros, ambos cativos. Trata-se de um processo curto, sem prosseguimento pela falta de maiores evidências para acusar o réu.



O objetivo, neste texto, é explorar as relações sociais e as vivências dos marujos escravizados nos períodos de desembarque. Assim, dentre as discussões levantadas pela análise, evidenciou-se a relevância de processos criminais para a compreensão da estada de cativos marinheiros em terra firme: quais as suas expectativas em relação à cidade portuária, quais as relações sociais estabelecidas em terra, a que conflitos estavam sujeitos. Tal como a bibliografia demonstra, os marujos, quando finalmente aportavam em seus destinos, desejavam aproveitar os lazeres, divertimentos e sociabilidades que lhes eram privados pelo isolamento dos percursos marítimos (OLIVEIRA, 2013). Assim, de acordo com o auto criminal, no dia 6 de janeiro de 1873, os marinheiros escravizados Joaquim, Ventura e Manoel circulavam à noite pelas ruas da Cidade de Rio Grande. Como a maioria dos marítimos, os três desejavam se divertir; suas andanças pela urbe, contudo, não terminaram como previam. No dia 7 do mesmo mês, o corpo de um homem negro foi encontrado no pântano, próximo da rua Villeta, para onde tinham se dirigido os marinheiros. Ventura, no dia 10, foi dar queixa às autoridades sobre o desaparecimento de um deles, Joaquim. O corpo encontrado dias antes foi então identificado como sendo o dele. Se o que era para ser uma noite de descanso terminou assim, o que os marítimos foram fazer em terra? De acordo com uma das testemunhas, Manoel Antônio, escravizado de ofício alfaiate, eles foram até sua casa para jogar e beber; o que este recusou, por ser tarde da noite. Outro detalhe dos autos é revelador: aquela era a *Noite dos Reis*, data do calendário litúrgico, na qual uma importante festividade era realizada em algumas regiões do Brasil (GONÇALVES, 2010).

Desse modo, nota-se que, para os marujos de Rio Grande, o desembarque era momento de aproveitar o espaço citadino, procurar os afetos e as amizades, circular pelas tavernas, descansar da labuta extenuante dos navios. A data em que desceram para jogar e beber também é indício significativo. Possivelmente, dias de festividades, como a *Noite de Reis*, eram boas oportunidades para o lazer, mas também para os confrontos. O que aconteceu naquela noite? Segundo Ventura, depois de irem à casa do alfaiate, os marítimos Joaquim e Manoel se desentenderam; a testemunha tentou apartar o conflito, mas desistiu devido à persistência dos contendores. Em seu relato, afirmou que os marujos se "desafiaram". Isso sugere outra dimensão da cultura marítima: as rupturas. Se o mundo dos marinheiros envolvia uma solidariedade de classe, sua diversidade social e cultural era enorme. Além dos conflitos verticais entre os marujos e a hierarquia naval, é possível que houvesse no interior do mundo do trabalho marítimo disputas entre os marinheiros. O termo escolhido por Ventura levanta uma possibilidade: que a contenda entre os dois escravizados tenha ocorrido em torno da masculinidade. É importante lembrar que gênero era o único fator de unidade entre aqueles trabalhadores. A despeito desse indício, não foi possível averiguar quais as razões do conflito ou precisar se os motivos se relacionavam mesmo com valores e significados de gênero. Mesmo assim, é interessante considerar que essas tensões poderiam ocorrer em um espaço exclusivamente masculino. Sem dúvida, mais pesquisas são necessárias para investigar esse tema.

4. CONCLUSÕES

Voltado a examinar as relações sociais em que se envolviam os marítimos escravizados no contexto de desembarque, a inovação deste trabalho deriva de sua temática. Trata-se de assunto pertinente à compreensão dos trabalhadores



marítimos brasileiros no século XIX. Malgrado não ser assunto inexplorado, haja vista a historiografia que já investigou os universos social e cultural de marinheiros livres e escravizados, ainda há muitos aspectos para serem estudados. A experiência social dos marujos cativos no contexto citadino é um deles. Dar uma contribuição inicial ao exame dessa problemática constitui, assim, uma das inovações da pesquisa. A outra é a utilização de processos criminais como fonte do estudo. Evidentemente, tal documentação já foi muito empregada na historiografia da escravidão. Quando se fala de um grupo profissional específico como os marinheiros, no entanto, não são muitos os trabalhos a fazê-lo, daí a relevância desta pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **As Folias de Reis de João Pinheiro:** performance e identidades sertanejas no Noroeste mineiro. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas:** cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). 2013. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REISDORFER, Douglas. **Entre o cais e o Atlântico:** estudo sobre marujos escravizados da Cidade de Rio Grande por meio de processos criminais (1873 - 1886). Orientador: Jonas Moreira Vargas. 2021. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGES, Jaime. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 - 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito:** uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinhas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.